

*Médias - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.*

## **Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2010**

*Fevereiro de 2011  
Este relatório contém 49 páginas*



## CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
<b>I</b>	<b>Demonstrações financeiras</b>
	Demonstração dos resultados
	Demonstração do rendimento integral
	Balanço
	Demonstração das alterações no capital próprio
	Demonstração de fluxos de caixa
<b>II</b>	<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>
<b>II.1</b>	<b>Políticas contabilísticas</b>
<b>II.2</b>	<b>Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas</b>
<b>II.3</b>	<b>Reporte por segmentos</b>
<b>II.4</b>	<b>Notas à demonstração dos resultados</b>
Nota 1	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro
Nota 3	Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos
Nota 5	Rendimentos
Nota 6	Gastos financeiros
Nota 7	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
Nota 8	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
Nota 9	Imparidade de outros activos (líquidas de reversões) e variação de outras provisões
Nota 10	Custos e gastos por natureza a imputar
<b>II.5</b>	<b>Notas ao balanço</b>
Nota 11	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
Nota 12	Activos financeiros disponíveis para venda
Nota 13	Empréstimos e contas a receber
Nota 14	Outros activos tangíveis
Nota 15	Activos intangíveis
Nota 16	Provisões técnicas, líquidas de resseguro
Nota 17	Benefícios a empregados

		<u>Pág.</u>
Nota 18	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	29
Nota 19	Impostos correntes e Impostos diferidos	30
Nota 20	Outros credores por operações de seguros e outras operações	31
Nota 21	Acréscimos e diferimentos	32
Nota 22	Outras provisões	32
<b>II.6</b>	<b>Notas à demonstração das alterações no capital próprio</b>	
Nota 23	Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor	32
<b>II.7</b>	<b>Outras notas</b>	
Nota 24	Transacções com partes relacionadas	34
Nota 25	Gestão de riscos	35
Nota 26	Justo valor	46
Nota 27	Passivos contingentes e compromissos	47
Nota 28	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	47
<b>III</b>	<b>Inventário de títulos</b>	
<b>IV</b>	<b>Relatório dos auditores</b>	

# I Demonstrações financeiras

## Demonstração dos resultados

	Notas	2010			2009		
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	131.184.578	-	131.184.578	114.112.832	-	114.112.832
Prémios brutos emitidos		136.350.242	-	136.350.242	119.777.622	-	119.777.622
Prémios de resseguro cedido		(4.982.143)	-	(4.982.143)	(4.644.766)	-	(4.644.766)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(184.694)	-	(184.694)	(1.011.380)	-	(1.011.380)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		1.173	-	1.173	(8.644)	-	(8.644)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(101.044.222)	-	(101.044.222)	(90.201.716)	-	(90.201.716)
Montantes pagos		(98.303.271)	-	(98.303.271)	(88.171.379)	-	(88.171.379)
Montantes brutos		(98.364.596)	-	(98.364.596)	(88.171.379)	-	(88.171.379)
Parte dos resseguradores		61.325	-	61.325	-	-	-
Provisão para sinistros (variação)		(2.740.951)	-	(2.740.951)	(2.030.337)	-	(2.030.337)
Montantes brutos		(2.740.951)	-	(2.740.951)	(2.030.337)	-	(2.030.337)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	(598.724)	-	(598.724)	(420.000)	-	(420.000)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(22.503)	-	(22.503)	(863.202)	-	(863.202)
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(25.169.296)	-	(25.169.296)	(21.930.305)	-	(21.930.305)
Custos de aquisição		(17.319.502)	-	(17.319.502)	(14.786.807)	-	(14.786.807)
Custos de aquisição diferidos (variação)		25.664	-	25.664	(17.981)	-	(17.981)
Gastos administrativos		(8.590.910)	-	(8.590.910)	(7.732.431)	-	(7.732.431)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		715.452	-	715.452	606.914	-	606.914
Rendimentos	5	985.671	406.690	1.392.361	1.031.275	445.052	1.476.327
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		985.671	406.690	1.392.361	1.031.275	445.052	1.476.327
Gastos financeiros	6	(103.196)	(136.478)	(239.674)	(31.288)	(152.286)	(183.574)
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(103.196)	(136.478)	(239.674)	-	(152.286)	(152.286)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	(31.288)	-	(31.288)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	304.898	19.956	324.854	(20.494)	(27.165)	(47.659)
De activos disponíveis para venda		304.898	19.956	324.854	(20.494)	(27.165)	(47.659)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	-	-	-	-	(1.736)	(1.736)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-	(1.736)	(1.736)
Diferenças de câmbio		-	-	-	-	5.509	5.509
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	9	-	(174.584)	(174.584)	-	(245.463)	(245.463)
De outros		-	(174.584)	(174.584)	-	(245.463)	(245.463)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		113.035	-	113.035	78.743	-	78.743
Outras provisões (variação)	9	-	-	-	-	214.588	214.588
Outros rendimentos/gastos		-	91.335	91.335	-	6.185	6.185
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		<b>5.650.241</b>	<b>206.919</b>	<b>5.857.160</b>	<b>1.755.845</b>	<b>244.684</b>	<b>2.000.529</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19	-	(2.315.365)	(2.315.365)	-	(858.787)	(858.787)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19	-	605.707	605.707	-	140.519	140.519
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>5.650.241</b>	<b>(1.502.739)</b>	<b>4.147.502</b>	<b>1.755.845</b>	<b>(473.584)</b>	<b>1.282.261</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

706 350 2

*[Assinatura]*

## Demonstração do rendimento integral

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Assinatura]*

	Eur	
	2010	2009
Resultado líquido do exercício	4.147.502	1.282.261
Alterações de justo valor, líquidas de impostos		
Reservas de reavaliação, bruto	(2.281.852)	979.813
Impostos diferidos e correntes	655.261	(259.650)
	(1.626.591)	720.163
Demonstração do rendimento integral do ano	2.520.911	2.002.424

## Balanço

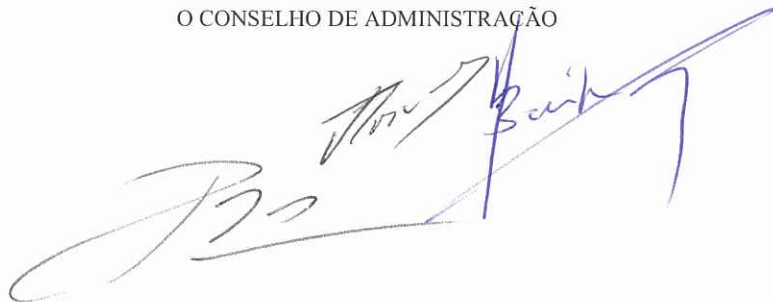
			Eur
	Notas	2010	2009
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11	2.525.167	2.686.003
Activos financeiros disponíveis para venda	12	36.689.473	37.497.214
Empréstimos e contas a receber	13	22.088.150	6.035.220
Outros depósitos		22.088.150	6.035.220
Outros activos tangíveis	14	36.239	55.983
Outros activos intangíveis	15	10.580	34.048
Provisões técnicas de resseguro cedido	16	20.046	18.873
Provisão para prémios não adquiridos		20.046	18.873
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	18	14.263.438	19.683.363
Contas a receber por operações de seguro directo		6.635.871	6.093.050
Contas a receber por outras operações de resseguro		6.483.347	13.268.031
Contas a receber por outras operações		1.144.220	322.282
Activos por impostos	19	1.382.053	121.084
Activos por impostos diferidos		1.382.053	121.084
Acréscimos e diferimentos		-	4.595
<b>Total activo</b>		<b>77.015.146</b>	<b>66.136.383</b>
Provisões técnicas	16	34.854.239	31.301.883
Provisão para prémios não adquiridos		9.707.133	9.548.103
Provisão para sinistros		23.034.046	19.693.223
De outros ramos		23.034.046	19.693.223
Provisão para participação nos resultados		450.000	420.000
Provisão para riscos em curso		1.663.060	1.640.557
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	17	148.010	118.190
Outros credores por operações de seguros e outras operações	20	3.833.740	2.817.412
Contas a pagar por operações de seguro directo		2.084.141	1.178.546
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.348.042	1.298.721
Contas a pagar por outras operações		401.557	340.145
Passivos por impostos e taxas	19	2.010.183	266.560
Passivos por impostos (e taxas) correntes		2.010.183	266.560
Acréscimos e diferimentos	21	1.851.415	1.504.913
Outras Provisões	22	1.803.746	134.523
<b>Total passivo</b>		<b>44.501.333</b>	<b>36.143.481</b>
Capital		12.000.000	12.000.000
Reservas de reavaliação		(2.022.836)	259.016
Reserva por impostos diferidos		586.622	(68.639)
Outras reservas		2.897.799	2.769.573
Resultados transitados		14.904.726	13.750.691
Resultado do exercício		4.147.502	1.282.261
<b>Total capital próprio</b>	23	<b>32.513.813</b>	<b>29.992.902</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>		<b>77.015.146</b>	<b>66.136.383</b>
<b>Resultados por acção</b>		<b>1,7</b>	<b>0,5</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Toc 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## Demonstração das alterações no capital próprio

	Reservas de reavaliação					Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal				
Balanço a 1 de Janeiro 2009	12.000.000	(720.797)	191.011	(529.786)	2.431.715	13.709.478	11.057	3.268.014	30.890.478
Transferência de resultados	-	-	-	-	326.801	2.941.213	-	(3.268.014)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	979.813	(259.650)	720.163	-	-	-	-	720.163
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(2.900.000)	-	-	(2.900.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.282.261	1.282.261
Balanço a 31 de Dezembro 2009	12.000.000	259.016	(68.639)	190.377	2.758.516	13.750.691	11.057	1.282.261	29.992.902
Transferência de resultados	-	-	-	-	128.226	1.154.035	-	(1.282.261)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(2.281.852)	655.261	(1.626.591)	-	-	-	-	(1.626.591)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.147.502	4.147.502
Balanço em 31 de Dezembro 2010	12.000.000	(2.022.836)	586.622	(1.436.214)	2.886.742	14.904.726	11.057	4.147.502	32.513.813

## Demonstração de fluxos de caixa

	Eur	
	2010	2009
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	4.147.502	1.282.261
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	66.012	68.714
Variação nas provisões técnicas	3.552.356	6.204.021
Variação de provisões	1.669.223	134.523
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(1.173)	8.644
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(174.584)	(245.463)
Variação nos impostos activos / passivos	482.654	(425.897)
<i>Variações nos activos e passivos operacionais</i>		
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	2.259
Empréstimos concedidos e contas a receber	(16.052.930)	5.949.359
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	5.594.509	(6.159.914)
Outros activos e passivos	380.917	620.226
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.016.328	(299.629)
	<b>680.814</b>	<b>7.139.104</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	(818.850)	(1.598.701)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(22.800)	(12.550)
	<b>(841.650)</b>	<b>(1.611.251)</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>		
Outros passivos financeiros	-	(1.975.518)
Dividendos pagos	-	(2.900.000)
	<b>-</b>	<b>(4.875.518)</b>
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>(160.836)</b>	<b>652.335</b>
Caixa e equivalentes no início do período	2.686.003	2.033.668
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>2.525.167</b>	<b>2.686.003</b>

9

98

## II Notas explicativas às demonstrações financeiras

### II.1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., (“Médis” ou “Companhia”), é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 29 de Setembro de 1995.

A Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. tem por objecto principal e exclusivo a exploração do seguro directo e resseguro dos ramos Doença e Assistência.

É uma subsidiária da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., a qual detém 100% do capital, exercendo o controlo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de Abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar n.º 20/2007, de 31 de Dezembro e pela Norma regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 21 de Fevereiro de 2011.

Em 2010 a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 28. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Contratos de seguro e de investimento*

*Classificação*

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

*Reconhecimento e mensuração*

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

*Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

*Provisão para riscos em curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

*Provisão para envelhecimento*

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor actual dos compromissos futuros da Companhia, decorrentes de contratos de saúde, após dedução do valor actual dos prémios futuros. A provisão é calculada apenas para os contratos com duração superior a um ano e com prémios nivelados.

*Teste de adequação das responsabilidades*

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

e) *Activos financeiros*

*Classificação*

A Médís classifica os seus activos financeiros no início da transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

9

874



- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Activos financeiros disponíveis para venda - Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

#### *Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Reclassificação entre categorias*

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "Loans and Receivables" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

#### *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é

7

127

determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### *Instrumentos financeiros derivados*

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

#### *f) Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

#### *g) Compensação de instrumentos financeiros*

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *h) Acordos de recompra*

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

7

8 7 2

i) *Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Médis aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

j) *Operações em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

k) *Activos tangíveis*

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

9

Handwritten signature or mark.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

*l) Activos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das Empresas da Companhia enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

*m) Locações*

A Médís classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

*Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

*Locações financeiras - como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

*n) Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

*o) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

*p) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) *Dividendos recebidos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

r) *Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

s) *Benefícios aos empregados*

*Plano de benefício definido*

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (“CCT”).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)."

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estavam, até Agosto de 2010, cobertas por um único fundo de pensões denominado de “Fundo de Pensões do Grupo BCP”, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores da Companhia, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar). Nessa data, o fundo existente foi dividido, tendo os activos e passivos relativos à Companhia sido transferidos para um fundo separado designado de “Fundo de Pensões Aberto – Horizonte Valorização”.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

9

12

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições de cada uma das Companhias da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### *Plano de contribuição definida*

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

#### *Benefícios de saúde*

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

#### *Bónus*

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### *Sistema de incentivos baseado em acções*

À data de 31 de Dezembro de 2010, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

### *t) Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### *ii) Reporte por segmentos*

Um segmento operacional é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Médis encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Outros

As actividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

v) *Resultados por acção*

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

## II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

### *Provisões técnicas*

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para riscos em curso, (3) provisão para envelhecimento, (4) teste de adequação das responsabilidades, (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos

9

P 17

não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda*

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para títulos de capital e eventos os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### *Impostos sobre os lucros*

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

9

Handwritten signature or initials.



## II.3 Reporte por segmentos

	2010			2009		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	130.263.128	921.450	131.184.578	113.201.772	911.060	114.112.832
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(101.444.789)	400.567	(101.044.222)	(89.728.263)	(473.453)	(90.201.716)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(22.503)	-	(22.503)	(863.202)	-	(863.202)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(598.724)	-	(598.724)	(420.000)	-	(420.000)
Custos e gastos de exploração líquidos	(25.169.296)	-	(25.169.296)	(21.930.305)	-	(21.930.305)
Rendimentos	985.556	115	985.671	1.030.409	866	1.031.275
Gastos financeiros	(103.196)	-	(103.196)	(31.264)	(24)	(31.288)
Ganhos líquidos de activos financeiros	304.887	11	304.898	(20.478)	(16)	(20.494)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	113.035	-	113.035	78.743	-	78.743
<b>Margem técnica</b>	<b>4.328.098</b>	<b>1.322.143</b>	<b>5.650.241</b>	<b>1.317.412</b>	<b>438.433</b>	<b>1.755.845</b>
Proveito dos investimentos			406.690			445.052
Mais/(menos) valias realizadas			19.956			(23.392)
Despesas gerais			(136.478)			(152.286)
Outros proveitos/(custos) não técnicos			(83.249)			(24.690)
<b>Resultado não técnico</b>			<b>206.919</b>			<b>244.684</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>5.857.160</b>			<b>2.000.529</b>

	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	34.876.812	(22.573)	34.854.239	31.210.895	90.988	31.301.883
Parte dos resseguradores	20.046	-	20.046	18.873	-	18.873

9

fr

## II.4 Notas à demonstração dos resultados

### Nota 1 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	Eur	
	2010	2009
Prémios brutos emitidos	136.350.242	119.777.622
Prémios resseguro cedido	(4.982.143)	(4.644.766)
Prémios líquidos resseguro	131.368.099	115.132.856
Variação prémios não adquiridos	(184.694)	(1.011.380)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	1.173	(8.644)
Variação líquida de prémios não adquiridos	(183.521)	(1.020.024)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	131.184.578	114.112.832

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	Eur			
	2010		2009	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	135.428.793	135.244.099	118.866.562	117.855.182
Outros	921.449	921.449	911.060	911.060
Total	136.350.242	136.165.548	119.777.622	118.766.242

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue

	Eur			
	2010		2009	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	4.982.143	4.980.970	4.644.766	4.653.410
Total	4.982.143	4.980.970	4.644.766	4.653.410

## Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2010			2009		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
<b>Sinistros pagos</b>						
Montantes brutos	93.498.377	(174.904)	93.323.473	81.613.708	2.221.878	83.835.586
Parte dos resseguradores	(61.325)	-	(61.325)	-	-	-
	93.437.052	(174.904)	93.262.148	81.613.708	2.221.878	83.835.586
<b>Variação da provisão para sinistros</b>						
Montantes brutos	2.966.614	(225.663)	2.740.951	3.778.762	(1.748.425)	2.030.337
	2.966.614	(225.663)	2.740.951	3.778.762	(1.748.425)	2.030.337
<b>Total antes custos imputados</b>	96.403.666	(400.567)	96.003.099	85.392.470	473.453	85.865.923
Custos com Sinistros (imputados)	5.041.123	0	5.041.123	4.335.793	0	4.335.793
<b>Total</b>	101.444.789	(400.567)	101.044.222	89.728.263	473.453	90.201.716

## Nota 3 – Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A participação nos resultados corresponde à estimativa de montantes à atribuir aos segurados do ramo de acidentes e doença.

A variação das outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para riscos em curso, para o ramo de acidentes e doença.

## Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	Eur	
	Acidentes e doença	
	2010	2009
Custos de aquisição - comissões	13.463.587	11.777.411
Custos de aquisição alocados	3.855.915	3.009.396
Variação dos custos de aquisição diferidos	(25.664)	17.981
Custos administrativos - comissões	127.350	133.230
Custos administrativos alocados	8.463.560	7.599.201
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(715.452)	(606.914)
<b>Total</b>	<b>25.169.296</b>	<b>21.930.305</b>

9

11

## Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2010	2009
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	1.132.225	1.140.330
Rendimentos de depósitos bancários	260.136	335.997
	<b>1.392.361</b>	<b>1.476.327</b>

## Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euro 240.000 (2009: Euro 152.000) relativos a custos operacionais imputados à gestão de investimentos.

Em 2009 os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondiam ao custo dos juros relativos ao contrato de recompra (REPO) de obrigações com o Banco Comercial Português, S.A., em vigor naquela data.

## Nota 7 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2010			2009		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	139.160	(77)	139.083	41.634	(8)	41.626
Obrigações de outros emissores	28.323	(33)	28.290	54	(85.992)	(85.938)
Ações	157.481	-	157.481	30.028	(33.375)	(3.347)
De investimentos disponíveis para venda	<b>324.964</b>	<b>(110)</b>	<b>324.854</b>	<b>71.716</b>	<b>(119.375)</b>	<b>(47.659)</b>
Total	<b>324.964</b>	<b>(110)</b>	<b>324.854</b>	<b>71.716</b>	<b>(119.375)</b>	<b>(47.659)</b>

## Nota 8 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas dizem respeito a Activos detidos para negociação e são analisados como segue:

	Eur		
	De activos financeiros detidos para negociação		
	Ganhos	(Perdas)	Total
2010	-	-	-
2009	(1.736)	-	(1.736)

9

27

### **Nota 9 – Imparidade de outros activos (líquida de reversões) e variação de outras provisões**

A imparidade de outros activos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como

		<i>Eur</i>
	2010	2009
De devedores por operações de seguro directo e de resseguro	174.584	255.481
De outros devedores	-	(10.018)
<b>Total imparidade</b>	<b>174.584</b>	<b>245.463</b>
<b>Outras provisões (variação)</b>	<b>-</b>	<b>(214.588)</b>
<b>Total</b>	<b>174.584</b>	<b>30.875</b>

segue:

### **Nota 10 – Custos e gastos por natureza a imputar**

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	238.576	275.961
Remunerações - pessoal	4.140.768	3.767.667
Encargos sobre remunerações	932.331	824.327
Benefícios pós emprego - planos benefícios definidos	242.630	331.254
Seguros obrigatórios	230.105	206.805
Gastos de acção social	21.825	29.050
Outros gastos	23.987	3.242
	<b>5.830.222</b>	<b>5.438.306</b>
Fornecimentos e serviços externos	9.687.581	8.756.860
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	3.906	7.331
Equipamento informático	38.638	38.797
	<b>42.544</b>	<b>46.128</b>
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	23.468	22.586
Outros	2.016.458	832.795
<b>Total</b>	<b>17.600.273</b>	<b>15.096.675</b>

5

27

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar dizem respeito a Euros 25.000 (2009: Euros 26.000) relativos a Impostos e taxas, a Euros 256.000 (2009: Euros 371.000) relativos a Juros suportados, a Euros 66.000 (2009: Euros 87.000) relativos a Comissões e a Euros 1.669.000 (2009: Euros 349.000) relativos a Variação de outras provisões.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Custos com sinistros	5.041.123	4.335.793
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	3.855.915	3.009.396
Custos administrativos	8.463.560	7.599.200
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	103.196	-
Alocados à conta não técnica	136.479	152.286
<b>Total</b>	<b>17.600.273</b>	<b>15.096.675</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 127 (2009:124).

## II.5 Notas ao balanço

### *Nota 11 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem*

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

### *Nota 12 – Activos financeiros disponíveis para venda*

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>		
	2010		2009
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	14.038.089	(680.128)	13.357.961
Obrigações de outros emissores	23.004.451	(1.362.426)	21.642.025
Ações e Unidades de participação em fundos	1.247.854	19.718	1.267.572
Juros a receber	421.915	-	421.915
<b>Total</b>	<b>38.712.309</b>	<b>(2.022.836)</b>	<b>36.689.473</b>

Dos quais:			
Nível 1		35.092.289	36.610.105
Nível 2		1.597.184	887.110
Nível 3		-	-
		<b>36.689.473</b>	<b>37.497.214</b>

♀

*[Handwritten signature]*

De acordo com o IFRS7, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida

Divulgações adicionais sobre os activos financeiros são prestadas na Nota 25 - "Gestão de riscos".

### Nota 13 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

### Nota 14 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2010	2009
Equipamento		
Equipamento informático	726.295	704.205
Equipamento administrativo	884.908	884.908
Outro equipamento	242.935	242.225
	1.854.138	1.831.338
Amortizações acumuladas	(1.817.899)	(1.775.355)
Saldo líquido	36.239	55.983

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Eur			
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	704.205	884.908	242.225	1.831.338
Aquisições	22.090	-	710	22.800
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	726.295	884.908	242.935	1.854.138
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(660.072)	(880.432)	(234.851)	(1.775.355)
Amortizações do exercício	(38.638)	(1.103)	(2.803)	(42.544)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(698.710)	(881.535)	(237.654)	(1.817.899)
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2009	44.133	4.476	7.374	55.983
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2010	27.585	3.373	5.281	36.239

9

Handwritten signature and initials.

## Nota 15 – Outros activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
<b>Custo de aquisição</b>	
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.112.566
Aquisições	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1.112.566</b>
<b>Amortização acumulada</b>	
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(1.078.518)
Amortizações do exercício	(23.468)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>(1.101.986)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2009</b>	<b>34.048</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2010</b>	<b>10.580</b>

## Nota 16 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>		
	2010		
	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	9.707.133	-	9.707.133
Provisão para sinistros	23.056.619	(22.573)	23.034.046
Provisão para participação nos resultados	450.000	-	450.000
Provisão para riscos em curso	1.663.060	-	1.663.060
<b>Total bruto</b>	<b>34.876.812</b>	<b>(22.573)</b>	<b>34.854.239</b>
Provisão para prémios não adquiridos	20.046	-	20.046
<b>Total resseguro</b>	<b>20.046</b>	<b>-</b>	<b>20.046</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>34.856.766</b>	<b>(22.573)</b>	<b>34.834.193</b>

	<i>Eur</i>		
	2009		
	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	9.548.103	-	9.548.103
Provisão para sinistros	19.602.235	90.988	19.693.223
Provisão para participação nos resultados	420.000	-	420.000
Provisão para riscos em curso	1.640.557	-	1.640.557
<b>Total bruto</b>	<b>31.210.895</b>	<b>90.988</b>	<b>31.301.883</b>
Provisão para prémios não adquiridos	18.873	-	18.873
<b>Total resseguro</b>	<b>18.873</b>	<b>-</b>	<b>18.873</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>31.192.022</b>	<b>90.988</b>	<b>31.283.010</b>

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 17.209.000 (2009: Euros 15.419.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não reportados (IBNR).

7

8 17



Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 332.000 (2009: Euros 243.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Provisão para prémios não adquiridos	9.860.548	9.675.855
Custos de aquisição diferidos	(153.415)	(127.752)
<b>Saldo líquido</b>	<b>9.707.133</b>	<b>9.548.103</b>

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Custos de aquisição diferidos em 1 de Janeiro	127.752	145.733
Custos de aquisição do ano	153.415	127.752
Amortização dos custos de aquisição	(127.752)	(145.733)
<b>Custos de aquisição diferidos 31 de Dezembro</b>	<b>153.415</b>	<b>127.752</b>

## Nota 17 – Benefícios a empregados

### *Pensões de reforma e outros benefícios*

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros ("CCT"). Adicionalmente a Companhia assumiu a responsabilidade com benefícios de saúde pós-emprego.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2010	2009
Número de participantes		
Activos	129	126
Reformados e Pensionistas	2	2
	<b>131</b>	<b>128</b>

9

12/1

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2010	2009
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Tábua de mortalidade:		
Homens	TV88/90	TV73/77 - 1 ano
Mulheres	TV 88/90 rated down 2 years	TV88/90 - 2 anos
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2010 e 2009, são como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(4.053.173)	(543.768)	(4.596.941)	(3.967.015)	(466.144)	(4.433.159)
Justo valor dos activos do fundo	4.362.425	-	4.362.425	4.417.470	-	4.417.470
Valor líquido	309.252	(543.768)	(234.516)	450.455	(466.144)	(15.689)
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	379.679	(293.173)	86.506	227.420	(329.921)	(102.501)
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	688.931	(836.941)	(148.010)	677.875	(796.065)	(118.190)

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva, datada de 23 de Novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantêm, em termos do Plano Complementar, o plano de benefício definido, estabelecido nos termos do Contrato de Adesão Colectivo nº72 – Fundo Pensões ‘Horizonte Valorização’.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação actuarial efectuada em cada ano.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisado como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	3.967.015	466.144	4.433.159	4.642.586	444.187	5.086.773
Custo do serviço corrente	229.539	33.710	263.249	262.221	33.671	295.892
Custo dos juros	205.730	24.402	230.132	263.893	25.541	289.434
Pagamentos efectuados pelo fundo ou pela Companhia	(81.525)	(3.071)	(84.596)	(101.001)	(2.646)	(103.647)
(Ganhos)/ perdas actuariais	(265.936)	22.583	(243.353)	(631.101)	(34.609)	(665.710)
Transferências entre fundos	(1.650)	-	(1.650)	(469.583)	-	(469.583)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	4.053.173	543.768	4.596.941	3.967.015	466.144	4.433.159

7

877

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	229.539	33.710	263.249	262.221	33.671	295.892
Custo dos juros	205.730	24.402	230.132	263.893	25.541	289.434
Rendimento esperado do fundo	(236.586)	-	(236.586)	(265.024)	-	(265.024)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	-	(14.165)	(14.165)	24.157	(13.205)	10.952
Custo do exercício	<u>198.683</u>	<u>43.947</u>	<u>242.630</u>	<u>285.247</u>	<u>46.007</u>	<u>331.254</u>

A variação do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisada como segue:

	Eur	
	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	4.417.470	4.656.872
Contribuições do Grupo	209.739	-
Pagamentos efectuados pelo fundo	(81.525)	(101.001)
Retorno esperado do fundo	236.586	265.024
Ganhos/(Perdas) Actuariais do fundo	(418.195)	66.158
Transferências entre fundos	(1.650)	(469.583)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>4.362.425</u>	<u>4.417.470</u>

Os ganhos e perdas actuariais em 2010 e 2009, são analisadas como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas actuariais no início do exercício	227.420	(329.921)	(102.501)	948.836	(308.517)	640.319
(Ganhos)/ perdas actuariais nas responsabilidades	(265.936)	22.583	(243.353)	(631.101)	(34.609)	(665.710)
Ganhos/(perdas) actuariais do fundo	418.195	-	418.195	(66.158)	-	(66.158)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	-	14.165	14.165	(24.157)	13.205	(10.952)
(Ganhos)/ perdas actuariais no final do exercício	<u>379.679</u>	<u>(293.173)</u>	<u>86.506</u>	<u>227.420</u>	<u>(329.921)</u>	<u>(102.501)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os ganhos/(perdas) actuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foram de Euros (125.000) e de Euros 118.000, respectivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pela Companhia ascenderam em 2010 a Euros 210.000, as quais foram na sua totalidade efectuadas em dinheiro. Deste montante, Euros 60.000 correspondem ao Plano de Contribuição Definida respeitante à atribuição do exercício de 2009.

9

27

Os Activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 1 Janeiro	677.875	(796.065)	(118.190)	963.122	(752.704)	210.418
Custo normal do ano	(198.683)	(43.947)	(242.630)	(285.247)	(46.007)	(331.254)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	209.739	3.071	212.810	-	2.646	2.646
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 31 Dezembro	<b>688.931</b>	<b>(836.941)</b>	<b>(148.010)</b>	<b>677.875</b>	<b>(796.065)</b>	<b>(118.190)</b>

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades por benefícios	(4.596.941)	(4.433.159)	(5.086.773)	(4.381.916)	(3.103.349)	(3.195.401)
Justo valor dos activos do fundo	4.362.425	4.417.470	4.656.872	4.419.091	2.926.750	2.721.324
Valor líquido	(234.516)	(15.689)	(429.901)	37.175	(176.599)	(474.077)
Ganhos e (perdas) actuariais não reconhecidos	86.506	(102.501)	640.319	689.093	506.401	96.092
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	<b>(148.010)</b>	<b>(118.190)</b>	<b>210.418</b>	<b>726.268</b>	<b>329.802</b>	<b>(377.985)</b>

Os activos afectos ao Fundo de Pensões são decompostos da seguinte forma:

	2010	2009
Titulos de rendimento variável	16.054	1.247.262.000
Titulos de rendimento fixo	2.709.314	2.841.297.000
Terrenos e edificios	0	383.431.000
Outros	1.637.057	1.101.582.000
	<b>4.362.425</b>	<b>5.573.572.000</b>

De referir que, até 31 de Dezembro de 2009, os passivos por benefícios pós emprego estavam cobertos pelo fundo de pensões do Grupo BCP, do qual a Médis representava cerca de 0,08%.

Os títulos emitidos pelo Banco Comercial Português, S.A. contabilizados na carteira de investimentos do Fundo, são analisados como segue:

	2010	2009
Titulos de rendimento variável	-	39.362.000
Titulos de rendimento fixo	-	352.171.000
	<b>-</b>	<b>391.533.000</b>

Os custos com os benefícios de saúde tem um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,50% para 7,5%). O impacto é analisado como segue:

	2010	2009
Impacto no Custo com Pensões	5.394	5.362
Impacto nas Responsabilidades	87.003	74.583

### Nota 18 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2010	2009
Tomadores de seguros	8.090.507	7.377.839
Mediadores de seguros	64.206	59.468
Resseguradores	6.483.347	13.268.031
	14.638.060	20.705.338
Imparidade	(1.518.842)	(1.344.258)
<b>Total</b>	<b>13.119.218</b>	<b>19.361.080</b>
Outros devedores	1.144.220	322.282
<b>Total Outros devedores</b>	<b>1.144.220</b>	<b>322.282</b>
<b>Total</b>	<b>14.263.438</b>	<b>19.683.362</b>

Na rubrica Devedores por operações de seguro directo - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 1.720.000 (2009: Euros 1.607.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 243.000 (2009: Euros 260.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se ainda registado o montante de Euros 5.812.000 (2009: Euros 5.700.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre a Companhia e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	Eur			
	2010		2009	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	1.344.258	-	1.088.777	10.018
Reversões	(16.510)	-	(170.450)	(10.018)
Dotação do exercício	191.094	-	425.931	-
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>1.518.842</b>	<b>-</b>	<b>1.344.258</b>	<b>-</b>

9

107

## Nota 19 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2010 foi apurado pela Companhia com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29% (2009: 26,5%), a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação das subsidiárias da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

	Eur	
	2010	2009
Activos por impostos diferidos	1.382.053	121.084
<b>Activos por impostos</b>	<b>1.382.053</b>	<b>121.084</b>
Passivos por impostos correntes	2.010.183	266.560
Imposto sobre rendimento	1.579.204	49.444
Outros impostos e taxas	430.979	217.116
<b>Passivos por impostos</b>	<b>2.010.183</b>	<b>266.560</b>

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Activos financeiros	530.113	-	-	(146.096)	530.113	(146.096)
Provisões	706.363	152.485	-	-	706.363	152.485
Outros	145.577	114.695	-	-	145.577	114.695
<b>Impostos diferidos activos/ (passivos)</b>	<b>1.382.053</b>	<b>267.180</b>	<b>-</b>	<b>(146.096)</b>	<b>1.382.053</b>	<b>121.084</b>
Líquido de activos/ passivos	-	(146.096)	-	146.096	-	-
<b>Impostos diferidos activos/ (passivos)</b>	<b>1.382.053</b>	<b>121.084</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.382.053</b>	<b>121.084</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2010 e 2009, foi reconhecido como segue:

	2010		2009	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Activos financeiros	20.947	655.262	45.907	(259.650)
Provisões	553.878	-	(24.208)	-
Outros	30.882	-	118.820	-
<b>Impostos diferidos activos/ (passivos)</b>	<b>605.707</b>	<b>655.262</b>	<b>140.519</b>	<b>(259.650)</b>

9

179

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2010 e 2009 é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Imposto corrente	(2.315.365)	(858.787)
Imposto diferido	605.707	140.519
<b>Total do imposto reconhecido em resultados</b>	<b>(1.709.658)</b>	<b>(718.268)</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Resultado antes de impostos	5.857.160	2.000.529
Taxa de imposto	29,0%	26,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	1.698.576	530.140
Tributação autónoma	14.321	14.720
Efeito da alteração da taxa de imposto	17.898	-
Outras diferenças permanentes	(21.138)	173.408
	<b>1.709.658</b>	<b>718.268</b>

## Nota 20 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2010	2009
Tomadores de seguros e intermediários	2.084.141	1.178.546
Ressseguradores	1.348.042	1.298.721
<b>Credores por operações seguro e resseguro</b>	<b>3.432.183</b>	<b>2.477.267</b>
Outros credores	401.557	340.145
<b>Total</b>	<b>3.833.740</b>	<b>2.817.412</b>

9

12/1

### **Nota 21 – Acréscimos e diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2010, os acréscimos de custos incluem um montante de Euros 669.000 (2009: Euros 355.000) relativos a publicidade e propaganda.

### **Nota 22 – Outras provisões**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta respeita na totalidade a outras provisões.

A movimentação do ano é analisada como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	134.523	-
Reversão do exercício	(134.523)	-
Dotação do exercício	1.803.746	134.523
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>1.803.746</b>	<b>134.523</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, foi anunciado pelo Conselho de Administração e Comissão Executiva um plano de reestruturação, sendo que em resultado do mesmo, foi reconhecida uma provisão para reestruturação no montante de Euros 1.804.000.

## **II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio**

### **Nota 23 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor**

#### **Capital**

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Médís, encontra-se representado 2.400.000 acções com o valor nominal de Euro 5 cada. A Sociedade é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

#### **Reserva legal**

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Médís tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social.

#### **Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)**

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

9

0 27



A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, em 2010 e 2009 foi como segue:

	Eur	
	2010	2009
Saldos em 01 de Janeiro	259.016	(720.797)
Ajustamentos no justo valor	(2.423.984)	879.103
Vendas	142.132	100.710
Saldos em 31 de Dezembro	(2.022.836)	259.016

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

	Eur	
	2010	2009
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	38.712.309	37.238.198
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	36.689.473	37.497.214
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(2.022.836)	259.016
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	586.622	(68.639)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	(1.436.214)	190.377

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2010 é analisado como se segue:

Eur									
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação	-	(2.022.836)	586.622	(1.436.214)	-	-	-	-	(1.436.214)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.147.502	4.147.502
Resultados transitados	-	-	-	-	-	14.904.726	-	-	14.904.726
Outras reservas	-	-	-	-	2.886.742	-	11.057	-	2.897.799
<b>Saldos 31 Dezembro 2010</b>	<b>12.000.000</b>	<b>(2.022.836)</b>	<b>586.622</b>	<b>(1.436.214)</b>	<b>2.886.742</b>	<b>14.904.726</b>	<b>11.057</b>	<b>4.147.502</b>	<b>32.513.813</b>

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2009 é analisado como se segue:

Eur									
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação	-	259.016	(68.639)	190.377	-	-	-	-	190.377
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.282.261	1.282.261
Resultados transitados	-	-	-	-	-	13.750.691	-	-	13.750.691
Outras reservas	-	-	-	-	2.758.516	-	11.057	-	2.769.573
Saldos 31 Dezembro 2009	12.000.000	259.016	(68.639)	190.377	2.758.516	13.750.691	11.057	1.282.261	29.992.902

9

17

## II.7 Outras notas

### Nota 24 - Transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2010	2009
Remunerações	238.576	275.961
	<b>238.576</b>	<b>275.961</b>

A análise das transacções com partes relacionadas em 2010 e 2009, é analisada como segue:

Balanço	Eur				
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.525.167	-	-	-	2.525.167
Empréstimos concedidos e contas receber	22.088.150	-	-	-	22.088.150
Activos financeiros disponíveis para venda	2.298.834	-	-	-	2.298.834
Outros activos	307.903	-	-	6.304.302	6.612.205
<b>Total do activo</b>	<b>27.220.054</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.304.302</b>	<b>33.524.356</b>
Provisões técnicas	-	-	-	27.460.602	27.460.602
Outros passivos	1.866	1.980	148.009	-	151.855
<b>Total do passivo</b>	<b>1.866</b>	<b>1.980</b>	<b>148.009</b>	<b>27.460.602</b>	<b>27.612.457</b>
<b>Líquido Activo / (Passivo) 2010</b>	<b>27.218.188</b>	<b>(1.980)</b>	<b>(148.009)</b>	<b>(21.156.300)</b>	<b>5.911.899</b>
<b>Líquido Activo / (Passivo) 2009</b>	<b>11.415.167</b>	<b>-</b>	<b>(118.190)</b>	<b>(11.927.095)</b>	<b>(630.118)</b>

Demonstração de resultados	Eur				
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	-	-	117.148.194	117.148.194
Dividendos e juros a receber	83.950	-	-	-	83.950
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	52	-	-	-	52
<b>Total de proveitos</b>	<b>84.002</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117.148.194</b>	<b>117.232.196</b>
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	-	-	-	(81.865.818)	(81.865.818)
Custos de aquisição	-	-	-	(11.707.921)	(11.707.921)
Gastos gerais e administrativos	(2.524.196)	-	(242.630)	-	(2.766.826)
<b>Total de custos</b>	<b>(2.524.196)</b>	<b>-</b>	<b>(242.630)</b>	<b>(93.573.739)</b>	<b>(96.340.565)</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2010</b>	<b>(2.440.194)</b>	<b>-</b>	<b>(242.630)</b>	<b>23.574.455</b>	<b>20.891.631</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2009</b>	<b>(2.965.304)</b>	<b>-</b>	<b>(331.254)</b>	<b>19.579.269</b>	<b>16.282.711</b>

As transacções com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

5

27

## Nota 25 – Gestão de riscos

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência nuclear na *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* Como parte da sua governação, a *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Ageas. O objectivo primordial é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, dos accionistas, dos reguladores, das agências de avaliação de *rating* e das restantes partes interessadas. A estrutura da gestão de riscos está inerente a todos os níveis dentro da *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.*

### *Taxonomia de riscos:*

Em linha com as políticas e princípios de gestão dos riscos do Grupo Ageas, a *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* centralizou as várias funções relacionadas com a gestão dos riscos, através de reporte directo ao Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), o qual é também responsável pelo risco (CRO). Na mesma altura, a *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* adoptou a taxonomia *standard* da Ageas na gestão dos principais riscos:

Risco operacional	Risco de investimento	Risco específico de seguros
<i>Risco evento</i>	<i>Risco de crédito</i>	<i>Risco específico do ramo Não Vida</i>
<i>Risco negócio</i>	<i>Risco de mercado</i>	
	<i>Risco de liquidez</i>	

### *a) Risco operacional*

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a risco operacional consequência, da incerteza inerente ao negócio, e do processo de tomada de decisão. Para efeitos de reporte e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de evento e risco de negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos. Esta definição de risco de evento inclui o risco legal e de compliance, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de “estar no negócio” e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externo podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

A função de gestão do risco operacional da *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.*, integrada no departamento de Gestão de Risco, continua a implementar as melhores práticas de gestão do risco operacional mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo Ageas. Em particular, a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional e gestão de controlo, cobrindo todos os níveis do risco operacional. A estrutura de risco operacional e gestão de controlo (ORMC) inclui políticas para o controlo do risco operacional, para a identificação, avaliação, mensuração e reporte destes riscos e para a sua mitigação.

9

Handwritten signature/initials.



A implementação desta estrutura contribui para o aumento da consciência relativamente ao risco operacional, assim como a eficiência da sua monitorização, mensuração e necessidades de capital. Para que esta abordagem tenha sucesso, será necessário implementar uma gestão de risco transversal à organização e definir uma política de mitigação apropriada, tendo em consideração o processo de negócio inerente à *Médís -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.*.

Para a efectiva e eficiente identificação e gestão dos riscos operacionais, a *Médís -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* já implementou algumas ferramentas e técnicas:

- As Avaliações de Risco são efectuadas periodicamente no negócio e suportam funções que asseguram uma visão desenvolvida do perfil de risco operacional. Isto consiste numa avaliação de risco ascendente com o objectivo da identificação e avaliação do risco operacional no contexto organizacional e de processo;
- O Plano de Continuidade de Negócio é um processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efectiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus *stakeholders*, marca e valor criando actividades;
- Segurança de Informação que define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as directivas de informação de segurança aplicadas através da *Médís -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.*;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano.

#### b) Risco de investimento

O risco de investimento, é composto por três riscos: crédito, mercado e liquidez.

##### Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como o risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da *Médís -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.*, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefício quer dos segurados, quer dos nossos accionistas. Este risco é gerido através da implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

A Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. está, igualmente, exposta a risco de crédito, através dos tratados de resseguro, mas relativamente a estes, a Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. assegura-se que os mesmos são colocados em instituições de elevada qualidade creditícia.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “investimentos disponíveis para venda” e “carteira de negociação”, por tipo de activo, excluindo juro decorrido:

Carteira de Investimento	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>36.267.558</b>	<b>100,0%</b>	<b>36.983.176</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	13.357.961	36,8%	12.999.413	35,1%
Obrigações	21.642.025	59,7%	19.379.531	52,4%
Acções	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	104.938	0,3%	104.812	0,3%
Imobiliário	1.161.884	3,2%	4.498.670	12,2%
<b>Total</b>	<b>36.267.558</b>		<b>36.983.176</b>	

Um dos objectivos da política de investimento da Companhia é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

As acções detidas pela Companhia podem ser decompostas por tipo de sector:

Acções por tipo de indústria	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
	<b>750</b>	<b>100,0%</b>	<b>750</b>	<b>100,0%</b>

As obrigações detidas pela Companhia podem ser decompostas por tipo de sector:

Obrigações por tipo de indústria	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	13.357.961	38,2%	12.999.413	40,1%
Instituições financeiras	20.691.837	59,1%	18.493.311	57,1%
Diversos	950.188	2,7%	886.220	2,7%
	<b>34.999.986</b>	<b>100,0%</b>	<b>32.378.944</b>	<b>100,0%</b>

O quadro seguinte mostra a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações, depósitos e outros devedores (com base em *ratings* externos):

Obrigações por notação de Rating	Activos financeiros disponíveis para venda <i>Eur</i>			
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
AAA	4.922.143	14,1%	8.016.913	24,8%
AA	7.423.039	21,2%	5.857.820	18,1%
A	15.451.057	44,1%	16.530.017	51,1%
BBB	6.807.756	19,5%	1.974.194	6,1%
BB	395.991	1,1%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>34.999.986</b>	<b>100,0%</b>	<b>32.378.944</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	13.357.961	38,2%	12.999.413	40,1%
Obrigações	21.642.025	61,8%	19.379.531	59,9%
<b>Total</b>	<b>34.999.986</b>	<b>100,0%</b>	<b>32.378.944</b>	<b>100,0%</b>

	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito	-	-	-	-
BBB+	24.613.317	100,0%	8.721.223	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
A-	6.304.302	44,2%	13.080.024	66,5%
Sem rating	7.959.136	55,8%	6.603.339	33,5%
	<b>14.263.438</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.683.363</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>38.876.755</b>		<b>28.404.586</b>	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Companhia, podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica	<i>EUR</i>			
	Portugal	Luxemburgo	Total	%
Obrigações	-	104.938	104.938	8,3%
Imobiliário	1.161.884	-	1.161.884	91,7%
<b>Total em Dezembro 2010</b>	<b>1.161.884</b>	<b>104.938</b>	<b>1.266.822</b>	<b>100,0%</b>
Obrigações	-	104.812	104.812	2,3%
Imobiliário	4.498.670	-	4.498.670	97,7%
<b>Total em Dezembro 2009</b>	<b>4.498.670</b>	<b>104.812</b>	<b>4.603.482</b>	<b>100,0%</b>

#### Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de perdas significativas resultantes de variações adversas do mercado, dos preços das acções, das taxas de juro, das taxas de câmbio e do valor do imobiliário. A *Medis - Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* reconhece que tal risco é inevitável, sendo consequência do tipo de negócio que explora, mas que, um determinado nível de risco de mercado é aceitável, sendo benéfico em prol dos seus segurados e accionistas.

O risco de mercado é dividido em dois tipos diferentes, risco de *ALM* e risco de *trading*, dependendo do propósito do investimento. Se o investimento for realizado com um propósito de realização de mais-valias a curto prazo está associado a risco de *trading*, qualquer investimento com propósito diferente será associado a risco de *ALM*.

5

Handwritten signature/initials.

A Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. controla o risco ALM através de indicadores de exposição ao risco, tais como:

- Análises Cash-Flow gap, as quais ilustram o perfil de exposição às taxas de juro ao longo do tempo e são utilizadas para quantificar e comparar a sensibilidade dos activos e passivos nos diferentes intervalos de tempo, bem como analisar o *mismatch* entre activos e passivos para as diferentes maturidades.
- Análises de sensibilidade às taxas de juro, que indicam quanto pode variar o valor de mercado dos activos e das passivos por ponto base de alteração da curva de taxas de juro. São feitos testes para cenários de +/-100bp aplicados ao justo valor;
- "Duration", a qual é utilizada como um indicador chave para o risco de taxa de juro: reflecte a sensibilidade a uma pequena variação paralela da curva das taxas de juro;
- "Earnings at risk", que é um indicador que simula o efeito de alteração das taxas de juro nos resultados futuros;
- "Value at Risk" (VaR), que calcula a perda potencial gerada por variações dos preços e das taxas de juro. Para a determinação do Capital Económico, o VaR é calculado com base num horizonte temporal de um ano e num grau de confiança de 99,97%.

O Comité de Risco monitoriza, trimestralmente, o risco do capital económico do ALM (Ecap)/ indicadores de retorno e posição assim como o capital económico. Neste comité é também revista a estratégia de alocação de activos das companhias seguradoras, e em particular a definição estratégia óptima de alocação de activos.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco da Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. se tornar incapaz de:

- honrar os seus compromissos financeiros para com os segurados e outros credores sem que para tal tenha que incorrer em perdas inaceitáveis;
- realizar activos para financiar os seus compromissos financeiros, como e quando eles ocorrerem, tanto em circunstâncias normais de mercado, como em situações desfavoráveis.

Ou seja, o risco resultante da Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A., embora solvente, não dispor de recursos disponíveis para cumprir os seus compromissos quando estes ocorrem, ou para o fazer, tenha de incorrer numa perda excessiva. A gestão deste risco assenta na combinação de uma gestão de recursos e simultaneamente, na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projectados e não se encontram descontados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

							Eur
Risco de liquidez 2010	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	400.000	-	4.431.213	10.784.971	9.282.013	-	24.898.196
Activos financeiros a taxa variável	1.950.000	600.000	280.688	10.348.375	1.833.013	-	15.012.075
Outros activos financeiros	29.419.664	6.381.395	4.394.773	667.842	410.270	1.556.808	42.830.753
Activos financeiros	31.769.664	6.981.395	9.106.673	21.801.187	11.525.295	1.556.808	82.741.024
Activos Não Financeiros	-	-	20.046	1.418.292	10.580	-	1.448.918
<b>Total de activos</b>	<b>31.769.664</b>	<b>6.981.395</b>	<b>9.126.719</b>	<b>23.219.479</b>	<b>11.535.875</b>	<b>1.556.808</b>	<b>84.189.942</b>
Outros passivos financeiros	401.557	180.013	2.210.099	1.042.071	-	-	3.833.740
Passivos Financeiros	401.557	180.013	2.210.099	1.042.071	-	-	3.833.740
Passivos não financeiros	6.474.144	13.411.142	17.383.665	3.398.642	-	-	40.667.594
<b>Total de passivos</b>	<b>6.875.701</b>	<b>13.591.155</b>	<b>19.593.765</b>	<b>4.440.713</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44.501.334</b>

9

67

							Eur
Risco de liquidez 2009	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	-	-	3.926.918	8.802.518	11.709.586	-	24.439.021
Activos financeiros a taxa variável	531.000	942.484	2.946.779	5.462.481	2.856.775	-	12.739.519
Outros activos financeiros	4.073.814	22.196.273	1.344.148	604.351	186.000	4.604.232	33.008.818
<b>Activos Financeiro</b>	<b>4.604.814</b>	<b>23.138.757</b>	<b>8.217.845</b>	<b>14.869.349</b>	<b>14.752.361</b>	<b>4.604.232</b>	<b>70.187.358</b>
Activos não financeiros	-	-	23.468	177.067	34.048	-	234.583
<b>Total de activos</b>	<b>4.604.814</b>	<b>23.138.757</b>	<b>8.241.313</b>	<b>15.046.416</b>	<b>14.786.409</b>	<b>4.604.232</b>	<b>70.421.941</b>
Outros passivos financeiros	550.174	1.088.692	589.273	589.273	-	-	2.817.412
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>550.174</b>	<b>1.088.692</b>	<b>589.273</b>	<b>589.273</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.817.412</b>
Passivos não financeiros	2.521.479	5.839.187	24.013.314	952.089	-	-	33.326.069
<b>Total de passivos</b>	<b>3.071.653</b>	<b>6.927.879</b>	<b>24.602.587</b>	<b>1.541.362</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.143.481</b>

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua actividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Relativamente aos activos financeiros, nomeadamente aos investimentos, foi tomado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, sendo considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projectado a pagar até à maturidade, usando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em Dezembro de 2010 e 2009 respectivamente.

#### Risco de câmbio

Qualquer produto financeiro é denominado numa determinada moeda, o risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A., ou seja, o Euro.

A Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O balanço da Companhia tem a seguinte exposição por moeda:

			Eur
Risco cambial 2010	EUR	Total	
Investimentos	36.689.473	36.689.473	
Outros activos	40.325.673	40.325.673	
<b>Total de activos</b>	<b>77.015.146</b>	<b>77.015.146</b>	
Passivo	44.501.333	44.501.333	
<b>Total de passivos</b>	<b>44.501.333</b>	<b>44.501.333</b>	

			Eur
Risco cambial 2009	EUR	Total	
Investimentos	37.497.214	37.497.214	
Outros activos	28.639.169	28.639.169	
<b>Total de activos</b>	<b>66.136.383</b>	<b>66.136.383</b>	
Passivo	36.143.482	36.143.482	
<b>Total de passivos</b>	<b>36.143.482</b>	<b>36.143.482</b>	

7

Handwritten signature/initials.



Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

c) *Risco específico de seguros*

		<i>Eur</i>
	2010	2009
<b>Activo</b>		
Caixa e disponibilidades	2.525.167	2.686.003
Empréstimos e contas a receber	22.088.150	6.035.220
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	14.263.438	19.683.363
<b>Total</b>	<b>38.876.755</b>	<b>28.404.586</b>
<b>Passivo</b>		
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	3.833.740	2.817.412
<b>Total</b>	<b>3.833.740</b>	<b>2.817.412</b>

Devido à natureza particular da actividade seguradora, parte do risco da subscrição é transferido do segurado para a seguradora. Enquanto que ao nível do segurado este risco pode ser aleatório e portanto imprevisível, uma das principais funções da companhia é agrupar esses riscos individuais em carteiras onde os custos com sinistros e as suas variações potenciais podem ser analisados e modelizados. As companhias de seguros definem prémios, reservas e requisitos de capital (solvência) com base na percepção dos custos esperados com sinistros e de como é que estes podem variar. Analisar, monitorizar e estimar estes custos são actividades essenciais na gestão do risco de seguro dado o seu impacto potencial no resultado técnico.

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são abrangidos no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional.

Nos ramos Não Vida, o risco de seguro consiste na incerteza relativa ao sinistros. Incerteza ao nível da frequência dos sinistros e, em particular, para os seguros de saúde, a incerteza ao nível dos custos médicos. O risco de longevidade, presente neste tipo de seguros aquando da comercialização de produtos vitalícios, consiste na incerteza relacionada com a esperança de vida dos segurados e o respectivo impacto nos custos com sinistros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de factores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos activos e das responsabilidades.

		<i>Eur</i>
Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2010	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2009
Custos de exploração - 10%	2.516.930	2.193.031
Custos com sinistros + 5%	(5.052.211)	(4.510.086)

Gestão do risco de seguro

A Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de *pricing*, de provisionamento e de resseguro.

O departamento de Actuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas a nível da Millenniumbcp Ageas. O Comité de Risco analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico dos seguros é gerida em conjunto com outros riscos incluindo o ALM. Neste sentido, outros departamentos, como Gestão do Risco, Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

9

401

### Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão do risco. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento Actuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

### Pricing

A Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. tem como objectivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros, custos de exploração e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base *à priori* (por exemplo, *profit testing*), como *à posteriori*.

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objectivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

### Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. que existem activos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efectuada, pelo actuário responsável, sendo as provisões do ramo Não Vida regularmente certificadas por uma entidade externa.

### Resseguro

Quando apropriado, a Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros. A selecção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objectivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Eur
			Retenção líquida
Negócio Vida (Munich)	Quota Parte	Ilimitado	20%
Negócio Saúde (Navarra Acunsa)	Quota Parte	Ilimitado	0%

G

Handwritten signature/initials.

Risco específico de Seguro

Risco específico do ramo Saúde

No risco de sinistros o tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta e que contribui de forma decisiva para incerteza em torno das perdas efectivas que a Seguradora terá que suportar. As provisões para sinistros são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. A *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* constitui provisões para sinistros por ano de acidente onde são também considerados os custos futuros com a gestão dos sinistros já ocorridos.

O risco relativo às apólices para as quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, é coberto pela provisão para prémios não adquiridos. Mensalmente são efectuados testes de adequação de prémios com base na experiência dos últimos doze meses e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Ageas e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, as políticas de subscrição e preços são revistas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Triângulo de desenvolvimento das provisões para sinistros - Ramos Não Vida  
Euro

Posição balanço no fecho do ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Provisões para sinistros, incluindo IBNER) no final do exercício	9.658.543	11.216.588	13.927.991	15.530.665	19.359.485	22.724.479
Ajustamentos para efeitos de consolidação (a)	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos por efeitos de conversão de câmbio (b)	0	0	0	0	0	0
Provisões para sinistros, incluindo IBNER) no final do exercício (ajustados por consolidação ou conversão de câmbio)	9.658.543	11.216.588	13.927.991	15.530.665	19.359.485	
Pagamentos acumulados a:						
Um ano de desenvolvimento	5.619.521	6.859.860	10.173.353	11.177.138	16.243.146	
Dois anos de desenvolvimento	6.162.403	7.176.179	9.771.789	12.852.876		
Três anos de desenvolvimento	6.234.132	6.400.095	10.149.520			
Quatro anos de desenvolvimento	6.238.001	6.786.959				
Cinco anos de desenvolvimento	6.575.125					
Reservas reavaliadas ( c ) a:						
Um ano de desenvolvimento	5.775.446	7.030.281	10.360.304	12.159.927	20.072.269	
Dois anos de desenvolvimento	6.318.239	7.328.342	10.627.868	13.857.760		
Três anos de desenvolvimento	6.372.257	7.338.171	11.076.453			
Quatro anos de desenvolvimento	6.378.235	7.706.459				
Cinco anos de desenvolvimento	6.705.101					
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:						
Valor nominal (d)	2.953.442	3.510.130	2.851.538	1.672.905	-712.784	
Percentagem	30,6%	31,3%	20,5%	10,8%	-3,7%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31-12-2009	31-12-2010
Provisões para sinistros no final do exercício (a)	19.359.485	22.724.479
Provisões do Ramo Assistência	90.988	0
Outras Provisões (c)	0	0
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	242.749	309.567
Total provisões para sinistros Não Vida	19.693.223	23.034.046

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de selecção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas por tipo de cliente/sector e segmento de negócio, ajustadas pelo conhecimento ou expectativa da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. A *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* limita a sua exposição a grandes perdas potenciais tais como catástrofes naturais, eventos que envolvem vítimas múltiplas, incêndios catastróficos, acidentes nucleares ou epidemias de limites impostos nos contratos e/ou com a celebração de contratos de resseguro.

A *Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* contribui para a diversificação do negócio Não Vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco ao nível do Grupo Ageas.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é o seguinte:

	Acidentes e Doença		Outros	
	2010	2009	2010	2009
Rácio Sinistros	75,1%	76,1%	-43,5%	52,0%
Rácio Despesas	19,2%	19,1%	0,0%	0,0%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	94,2%	95,2%	-43,5%	52,0%

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Eur				
Linha de negócio 2010	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2009	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2010 em relação a 2009	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença	19.602.235	17.072.024	8.857.885	6.327.674
Assistência	90.988	1.859.660	(38.010)	1.730.662
<b>Total</b>	<b>19.693.223</b>	<b>18.931.684</b>	<b>8.819.875</b>	<b>8.058.336</b>

Eur				
Linha de negócio 2009	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2008	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2009 em relação a 2008	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença	15.779.861	11.712.963	3.550.799	(516.099)
Assistência	21.904	1.731.859	22.230	1.732.184
<b>Total</b>	<b>15.801.765</b>	<b>13.444.822</b>	<b>3.573.029</b>	<b>1.216.085</b>

O reajustamento do ramo Assistência resulta do facto dos reembolsos de sinistros serem alocados por ano de ocorrência apenas aquando do seu reconhecimento.

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Não vida 2010	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro directo</b>				
Acidentes e doença	8.664.559	1.189.443	419.672	10.273.674
Assistência	(174.904)	-	(225.663)	(400.567)
<b>Total seguro directo</b>	<b>8.489.655</b>	<b>1.189.443</b>	<b>194.009</b>	<b>9.873.107</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>84.833.818</b>	<b>3.851.680</b>	<b>2.546.942</b>	<b>91.232.440</b>
<b>Total</b>	<b>93.323.473</b>	<b>5.041.123</b>	<b>2.740.951</b>	<b>101.105.547</b>

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Não vida 2009	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro directo</b>				
Acidentes e doença	8.707.530	686.502	37.927	9.431.959
Assistência	2.221.878	-	(1.748.425)	473.453
<b>Total seguro directo</b>	<b>10.929.408</b>	<b>686.502</b>	<b>(1.710.498)</b>	<b>9.905.412</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>72.906.178</b>	<b>3.649.291</b>	<b>3.740.835</b>	<b>80.296.304</b>
<b>Total</b>	<b>83.835.586</b>	<b>4.335.793</b>	<b>2.030.337</b>	<b>90.201.716</b>

Linha de negócio 2010	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
<b>Seguro directo</b>					
Acidentes e doença	9.655.964	9.512.956	10.273.674	1.829.685	62.539
Assistência	921.449	921.449	(400.567)	-	-
<b>Total seguro directo</b>	<b>10.577.413</b>	<b>10.434.405</b>	<b>9.873.107</b>	<b>1.829.685</b>	<b>62.539</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>125.772.829</b>	<b>125.731.143</b>	<b>91.232.440</b>	<b>24.055.063</b>	<b>(4.266.732)</b>
<b>Total</b>	<b>136.350.242</b>	<b>136.165.548</b>	<b>101.105.547</b>	<b>25.884.748</b>	<b>(4.204.193)</b>

Linha de negócio 2009	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
<b>Seguro directo</b>					
Acidentes e doença	9.028.875	9.147.241	9.431.959	1.704.097	(40.512)
Assistência	911.060	911.060	473.453	-	-
<b>Total seguro directo</b>	<b>9.939.935</b>	<b>10.058.301</b>	<b>9.905.412</b>	<b>1.704.097</b>	<b>(40.512)</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>109.837.687</b>	<b>108.707.941</b>	<b>80.296.304</b>	<b>20.833.122</b>	<b>(4.005.984)</b>
<b>Total</b>	<b>119.777.622</b>	<b>118.766.242</b>	<b>90.201.716</b>	<b>22.537.219</b>	<b>(4.046.496)</b>

#### d) Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

A Médis -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 200% da exigência legal.

9

0.27

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a margem de solvência *Médís -Companhia Portuguesa Seguros Saúde, S.A.* é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
<b>Rúbrica</b>		
Capital	12.000.000	12.000.000
Reservas Legal e de Reavaliação	1.461.585	2.959.950
Resultados Transitados	14.904.725	13.750.691
Resultado Líquido do Exercício	4.147.502	1.282.261
<b>Total Situação Líquida (1)</b>	<b>32.513.812</b>	<b>29.992.902</b>
Activos Intangíveis	(10.580)	(34.048)
Ajuste Pensões Reforma	(86.217)	102.501
<b>Total (2)</b>	<b>(96.797)</b>	<b>68.453</b>
<b>Margem de Solvência Disponível (1) + (2)</b>	<b>32.417.015</b>	<b>30.061.355</b>
<b>Margem de Solvência Exigida</b>	<b>22.956.753</b>	<b>20.309.714</b>
<b>Excesso / Insuficiência</b>	<b>9.460.261</b>	<b>9.751.641</b>
<b>Rácio Solvência</b>	<b>141%</b>	<b>148%</b>

## ***Nota 26 – Justo valor***

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Médís são os seguintes:

### *Caixa e Depósitos em instituições de crédito*

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### *Activos financeiros ao justo valor através de resultados, Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

### *Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações*

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

## Nota 27 – Passivos contingentes e compromissos

### Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto Empresa de seguros, entidades empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

### Garantias

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não havia garantias prestadas ou recebidas.

### Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	<i>Eur</i> Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	17.095	46.206	76.173	139.475

## Nota 28 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

### Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

#### IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

#### IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

#### IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos "step acquisition" em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de

9

127

qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

#### *IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços*

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, A Companhia não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

#### *IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas*

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

#### *IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes*

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

#### *Annual Improvement Project*

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

9



Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

*IFRS 9 - Instrumentos financeiros*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value option*) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montante registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

*IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

9

12/1

.

9

127

4

# INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2010  
 Empresa de Seguros: Medis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A  
 Nº de identificação: 1024  
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

ANEXO I									
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
		DESIGNAÇÃO						unitário	Total
92174992801N	1	Inventário de Títulos e Participações Financeiras NPCEs							
	1.1	FILIAS ASSOCIADAS. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS							
	1.1.01	Títulos Nacionais							
	1.1.01	Partes de capital em filiais							
	1.1.02	Sub-Total							
	1.1.02	Partes de capital em associadas							
	1.1.03	Sub-Total							
	1.1.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.04	Sub-Total							
	1.1.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	1.1.05	Sub-Total							
	1.1.05	Servibanca-Emp.Prestação de Serv ACE							
PTBCLSOE0018	1.1.06	Títulos de dívida de filiais							
	1.1.06	Títulos de dívida de associadas							
	1.1.07	Sub-Total							
	1.1.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.08	Sub-Total							
	1.1.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	1.1.08	Banco Com Portug 3,75% 17/06/11							
	1.1.08	Banco Com Portug 4,9% 19/11/11							
	1.1.08	Banco Comercial Português 4,75% 29/10/14							
	1.1.08	Banco Comercial Português Float 28/03/13							
	1.1.09	Sub-Total							
	1.1.09	Outros títulos em filiais							
PTBCPUOM0010	1.1.10	Sub-Total							
	1.1.10	Outros títulos em associadas							
	1.1.10	Sub-Total							
	1.1.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.11	Sub-Total							
	1.1.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	1.1.12	Sub-Total							
	1.1	Sub-Total							
	1.2	Títulos Estrangeiros							
	1.2.01	Partes de capital em filiais							
	1.2.01	Sub-Total							
	1.2.02	Partes de capital em associadas							
1.2.02	Sub-Total								
1.2.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.03	Sub-Total								
1.2.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
1.2.04	Sub-Total								
1.2.05	Títulos de dívida de filiais								
1.2.05	Sub-Total								
1.2.06	Títulos de dívida de associadas								
1.2.06	Sub-Total								
1.2.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.07	Sub-Total								
1.2.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
1.2.08	BCP Finance Bank Float 06/02/12								
1.2.08	Sub-Total								
1.2.09	Outros títulos em filiais								
1.2.09	Sub-Total								
1.2.10	Outros títulos em associadas								
1.2.10	Sub-Total								
1.2.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.2.11	Sub-Total								
1.2.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
XS0284019659	1.2.12	Sub-Total							
	1.2.12	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	1.2.12	Sub-Total							
	1.2.12	BCP Finance Bank Float 06/02/12							
	1.2.12	Outros títulos em filiais							
	1.2.12	Sub-Total							
	1.2.12	Outros títulos em associadas							
	1.2.12	Sub-Total							
	1.2.12	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12	Sub-Total							
	1.2.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	1.2.12	Sub-Total							

4

# INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2010  
 Empresa de Seguros: Medis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A  
 N° de identificação: 1024  
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

CODIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo I	
	1.2.12	Sub-Total						unitário	Total
	1.2	Sub-Total							
	1	Total	750	600.000			574.500,00		523.217,92
	2	OUTROS		2.585.500			2.575.690,15		2.298.833,91
	2.1	Títulos Nacionais							
	2.1.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1	Ações							
	2.1.1.1	Sub-Total							
	2.1.1.2	Títulos participação							
	2.1.1.2	Sub-Total							
	2.1.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.1.1.3	AF Portfólio Imobiliário - FII	128.527			8,91	1.144.532,94	9,04	1.161.884,08
	2.1.1.3	Sub-Total	128.527				1.144.532,94		1.161.884,08
	2.1.1.4	Outros							
	2.1.1.4	Sub-Total							
	2.1.2	Títulos de dívida							
	2.1.2.1	De dívida pública							
	2.1.2.1	PCB 3,35% 15/10/15		4.750.000	96,59		4.559.382,50	88,02	4.180.793,84
	2.1.2.1	PCB 3,6% 15/10/14		100.000	101,46		101.663,00	94,81	94.809,45
	2.1.2.1	PCB 3,85% 15/04/21		200.000	100,43		201.182,00	82,24	164.484,93
	2.1.2.1	PCB 4,1% 15/04/37		805.000	95,55		766.140,50	72,70	585.207,21
	2.1.2.1	PCB 4,35% 16/10/17		300.000	101,84		306.525,00	90,65	271.946,26
	2.1.2.1	PCB 4,45% 15/06/18		50.000	95,65		47.790,00	85,48	42.738,08
	2.1.2.1	PCB 4,8% 15/06/20		100.000	97,26		97.166,00	88,99	88.986,99
	2.1.2.1	PCB 5,15% 15/06/11		500.000	100,22		507.275,00	103,37	516.874,04
	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpr 18/02/11		1.650.000	99,70		1.625.250,00	99,51	1.641.964,50
	2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpr 21/10/11		900.000	97,53		873.113,92	96,58	869.202,00
	2.1.2.1	Sub-Total		9.355.000			9.085.487,92		8.457.007,30
	2.1.2.2	De outros emissores públicos							
	2.1.2.2	Sub-Total							
	2.1.2.3	De outros emissores							
	2.1.2.3	BES Finance Ltd Float 19/03/12		900.000	97,15		845.350,00	90,64	815.774,80
	2.1.2.3	Banco Espírito Santo Float 25/02/13		500.000	96,94		478.750,00	83,32	416.594,50
	2.1.2.3	Banco Santander Total 3,25% 21/10/14		400.000	99,97		399.892,00	91,86	367.432,77
	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 1,875% 06/12/16		1.300.000	94,05		1.223.850,00	85,68	1.113.863,54
	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 4,375% 13/05/13		200.000	99,97		200.000,00	95,78	191.561,64
	2.1.2.3	Caixa Geral Depósitos 5,125% 19/02/14		600.000	101,26		611.100,00	90,35	542.117,66
	2.1.2.3	Jose de Mello 27/06/2017		1.050.000	99,66		1.048.367,50	90,52	950.435,42
	2.1.2.3	Montepio Geral Float 29/05/13		1.050.000	95,41		989.450,00	79,18	831.346,60
	2.1.2.3	Sub-Total		6.000.000			5.796.759,50		5.229.126,93
	2.1.2	Sub-Total		15.355.000			14.882.247,42		13.686.134,23
	2.2	Títulos Estrangeiros	128.527	15.355.000			16.026.780,36		14.848.018,31
	2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1	Ações							
	2.2.1.1	Sub-Total							
	2.2.1.2	Títulos de participação							
	2.2.1.2	Sub-Total							
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.2.1.3	F&C Port FD-Euro Inflation Linked Bond	10.473			9,79	102.571,46	10,02	104.938,50
	2.2.1.3	Sub-Total	10.473				102.571,46		104.938,50
	2.2.1.4	Outros							
	2.2.1.4	Sub-Total							
	2.2.2	Títulos de dívida							
	2.2.2.1	De dívida pública							
	2.2.2.1	BCB 4% 28/03/18	10.473				102.571,46		104.938,50
	2.2.2.1	Sub-Total	10.473				102.571,46		104.938,50
	2.2.2.1	BCB 4% 28/03/18		500.000	103,44		519.300,00	105,17	525.872,88
	2.2.2.1	Sub-Total		500.000					

9

# INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2010  
 Empresa de Seguros: Medis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A  
 N° de identificação: 1024  
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS										Anexo	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
								unitário	Total		
BE0000303124	2.2.2.1	BGB 4.25% 28/09/14		50.000	100,99		51.245,00	106,14	53.072,26		
BE0000304130	2.2.2.1	BGB 5% 28/03/55		300.000	108,52		327.990,00	112,63	337.884,66		
IT0003644769	2.2.2.1	BTFS 4.5% 01/02/20		350.000	101,22		355.565,00	100,98	353.425,43		
DE0001135275	2.2.2.1	DBR 4% 04/01/37		500.000	92,49		460.300,00	112,48	562.400,82		
DE0001135176	2.2.2.1	DBR 5.5% 04/01/31		35.640	116,41		42.483,58	133,64	47.629,20		
FR0010670737	2.2.2.1	FRTR 4.25% 25/10/18		500.000	101,11		506.865,00	109,30	546.485,68		
GR0114020457	2.2.2.1	Hellenic Republic 4.1% 20/08/12		450.000	101,22		459.832,50	89,49	402.713,88		
AT0000A001X2	2.2.2.1	RAGB 3.5% 15/09/21		240.000	94,78		223.542,60	96,03	230.462,47		
AT0000S8745	2.2.2.1	RAGB 4.65% 15/01/18		340.000	104,62		364.626,65	114,95	390.846,67		
AT0000383864	2.2.2.1	RAGB 6.25% 15/07/27		500.000	120,23		612.550,00	133,32	666.584,18		
ES0000012783	2.2.2.1	SPGB 5.5% 30/07/17		550.000	110,35		619.459,50	105,11	578.113,51		
	2.2.2.1	Sub-Total		4.315.640			4.543.759,83		4.695.491,64		
	2.2.2.2	De outros emissores públicos									
DE0001053197	2.2.2.2	BAYERN 3.875% 14/01/11		400.000	100,00		401.920,00	103,80	415.185,48		
	2.2.2.2	Sub-Total		400.000			401.920,00		415.185,48		
	2.2.2.3	De outros emissores									
ES0312298013	2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 3.5% 14/03/16		400.000	89,58		342.900,00	90,85	363.406,00		
ES0312298005	2.2.2.3	AYT Cedulas Caja Float 14/12/12		600.000	99,93		600.000,00	93,47	560.830,84		
XS0242314291	2.2.2.3	BES Finance Ltd. Float 08/02/11		500.000	99,68		472.500,00	98,97	494.860,75		
XS0127276235	2.2.2.3	BSCB Issuances Float 28/03/11		100.000	99,90		99.600,00	99,01	99.013,98		
ES0413211139	2.2.2.3	Banco Bilbao Viz 3.875% 31/05/12		400.000	99,82		397.632,00	103,28	413.136,87		
DE000HV0EBA5	2.2.2.3	Bayer Hypo-Verei 3.5% 03/02/15		700.000	100,16		702.345,00	108,02	756.167,81		
DE0005934426	2.2.2.3	Bayer Hypo-Verei 6% 05/02/14		550.000	105,85		629.550,26	110,74	609.084,96		
XS0217992030	2.2.2.3	CEMAG-Cayman Isl Float 03/05/12		715.000	97,71		681.259,50	85,71	612.816,77		
XS0494840977	2.2.2.3	Caisse Cent Inmo Float 18/03/13		950.000	99,89		948.594,00	98,48	935.532,34		
ES0214950166	2.2.2.3	Caja Ahorro Monte Madrid Float 17/10/16		450.000	100,03		450.450,00	65,51	294.787,73		
ES0414950644	2.2.2.3	Caja Madrid 4.125% 24/03/36		500.000	93,88		467.200,00	72,23	361.139,43		
XS0192377538	2.2.2.3	Cimpor Fin Ops 4.5% 27/05/11		500.000	97,86		441.250,00	102,73	513.638,36		
XS0307699453	2.2.2.3	Danske Bank Float 29/06/12		100.000	99,37		99.005,00	98,96	98.959,92		
DE000EHOA2E9	2.2.2.3	Eurohypo AG 3.25% 26/10/15		300.000	98,23		290.151,00	103,26	309.794,01		
DE000A0B1F76	2.2.2.3	Eurohypo Ag 3.5% 30/09/11		1.400.000	100,15		1.415.155,00	102,53	1.435.436,68		
XS04383673488	2.2.2.3	Fortis Bank NED Float 03/02/12		600.000	100,00		600.000,00	100,56	603.373,33		
XS0498177111	2.2.2.3	Fortis Bank NED Float 30/03/12		300.000	100,00		299.970,00	99,97	299.912,82		
XS0219927802	2.2.2.3	GE Cap EUR Fund Float 25/05/12		600.000	99,80		596.760,00	99,53	597.185,73		
XS0294490312	2.2.2.3	GE Cap Eur Fund Float 03/04/14		800.000	100,00		800.200,00	97,49	779.893,13		
XS0247263048	2.2.2.3	Hua-Bank Intl Ag 3.75% 17/03/14		150.000	97,94		143.881,50	105,90	158.855,22		
XS0292051835	2.2.2.3	Hypo Alpe-Adria Float 20/03/15		300.000	99,88		299.895,00	92,26	276.781,28		
XS0498391894	2.2.2.3	Lloyds TSB Bank Float 25/03/13		300.000	99,78		299.115,00	99,87	299.622,32		
XS0247027070	2.2.2.3	Monte Dei Paschi Float 22/03/13		500.000	99,94		500.150,00	96,44	482.203,50		
XS0240718717	2.2.2.3	Banco BPI Float 01/19/11		1.950.000	99,93		1.934.550,00	99,98	1.949.697,86		
XS0356944636	2.2.2.3	Sanander Intl. 5.125 11/04/11		500.000	100,52		518.500,00	104,49	522.436,75		
XS0446860826	2.2.2.3	Societe Generale 3.75% 21/08/14		300.000	99,89		299.652,00	104,14	312.425,89		
XS0247577718	2.2.2.3	Unicredit Itali Float 15/03/16		200.000	99,88		199.912,00	93,01	186.010,80		
	2.2.2.3	Sub-Total		14.665.000			14.530.177,26		14.327.005,08		
	2.2.2	Sub-Total	10.473	19.380.640			19.475.857,09		19.437.682,20		
	2.2	Derivados de Negociação									
	2.3	Sub-Total									
	2.3	Derivados de Cobertura									
	2.4	Sub-Total									
	2.4	Total	139.000	34.735.640			35.605.208,91		34.390.639,01		
	3	TOTAL GERAL	139.750	37.321.140			38.180.899,06		36.689.472,92		

20

